



MINISTÉRIO PÚBLICO RJ

Simulado Especial

MP RJ

**Cargo: Analista – Área Administrativa
– Área Processual - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial MP-RJ (Analista do Ministério Público - Área Processual)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do Ministério Público - Área Administrativa - Área Processual do MP-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/aC3NPMvQoPCDzHxk8>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrício Dutra*

01. Assinale a alternativa em que houve troca indevida das expressões ‘a princípio’ e ‘em princípio’.

- a) A princípio, o professor planejava seguir com o método tradicional de ensino, mas depois decidiu inovar.
- b) Em princípio, todos os candidatos têm as mesmas chances no concurso, mas a experiência prévia pode ser um diferencial.
- c) O aluno, que a princípio parecia desinteressado, depois melhorou.
- d) A princípio, a nova lei busca beneficiar os trabalhadores, mas sua aplicação ainda gera dúvidas.
- e) A reunião, marcada a princípio para a manhã, precisou ser adiada para o período da tarde.

02. O jornalismo é marcado pela busca por precisão nas informações veiculadas. Assinale a opção em que isso não ocorre.

- a) O Ministério da Saúde informou que a campanha de vacinação será prorrogada até o final do mês.
- b) Segundo a Polícia Civil, o suspeito foi visto pela última vez em um terminal rodoviário da capital.
- c) A polícia acredita que o suspeito tenha fugido para outro estado.
- d) Testemunhas relataram que o incêndio começou na cozinha do restaurante e se espalhou rapidamente.
- e) De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, as temperaturas devem cair nos próximos dias devido à chegada de uma frente fria.

03. Assinale a opção em que a locução não foi substituída corretamente pelo adjetivo gentílico correspondente.

- a) Clima de Bogotá / Clima Bogotano.
- b) Empresa de Caracas / Empresa caraquenha.
- c) Sotaque da Galícia / Sotaque galego.
- d) Cultura da Mongólia / Cultura mongol.
- e) Lei da Patagônia / Lei Patagonense.

04. Assinale a alternativa **incorrecta** quanto ao uso das expressões “ao invés de” e “em vez de”.

- a) O professor sugeriu que, em vez de punir os alunos, a escola adotasse medidas educativas.
- b) O candidato propôs que, em vez de aumentar impostos, o governo cortasse gastos desnecessários.
- c) O relatório apontou que, em vez de investir na educação, o governo priorizou outras áreas.
- d) A empresa decidiu expandir suas operações para o exterior ao invés de fortalecer sua presença no mercado nacional.
- e) O atleta escolheu competir na categoria sênior ao invés de desistir do torneio.

05. Assinale a alternativa que não apresente um conectivo causal.

- a) **Visto que** o trânsito estava intenso, chegamos atrasados à reunião.
- b) O governo implementou novas medidas, **pois** a situação econômica exigia reformas urgentes.
- c) A conferência foi adiada, **na medida em que** os palestrantes não puderam comparecer.
- d) Os preços dos alimentos aumentaram, **por causa de** uma série de problemas na cadeia de suprimentos.
- e) O temporal foi intenso, **de modo que** várias ruas ficaram alagadas.

06. Assinale a opção correta quanto ao emprego do elemento destacado:

- a) A ONG trabalha **junto às** comunidades carentes para oferecer assistência social.
- b) O estudante sentou-se **junto aos** colegas para discutir o trabalho em grupo.
- c) Passamos a tarde **junto aos** nossos avós, relembrando histórias da família.
- d) O advogado protocolou a petição **junto ao** tribunal competente.
- e) O cantor ficou **junto ao** público durante a apresentação, tornando o show mais interativo.

07. Assinale a opção em que a preposição destacada tenha sido exigência de termo anterior.

- a) Na área de tecnologia, essa empresa é a melhor disparada.
- b) Todos se reuniram em janeiro para tratar deste tema.
- c) Nunca pode acabar o combate a esse tipo de desinformação.
- d) A equipe chegou cedo para se preparar melhor para o jogo.
- e) O professor explicou a matéria com paciência, garantindo que todos compreendessem.

08. Assinale a opção em que apenas uma das duas palavras propostas seja corretamente aceita pelo português padrão.

- a) Deputado defende suspensão do Paraguai do Mercosul/ Mercosur.
- b) No dia quatorze/ catorze, todos reunirão para decidir a demanda.
- c) O examinador, às vezes, parece bêbado/ bêbedo.
- d) Infelizmente, ele não resistiu ao infarto/ enfarte que sofreu.
- e) O meu sonho é aprender a assobiar/ assoviar desse jeito.

09. Assinale a única alternativa em que o termo 'onde' tenha sido bem empregado.

- a) O momento **onde** tomamos a decisão foi muito difícil.
- b) Há situações **onde** é preciso agir com cautela.
- c) O futebol é um esporte **onde** há contato.
- d) Este é um bioma **onde** diversas espécies de animais encontram abrigo e alimento.
- e) A teoria da relatividade é um conceito **onde** a física moderna se baseia.

10. Assinale a opção em que a abreviação da unidade destacada tenha sido feita de maneira correta:

- a) O atleta percorreu **10 k** em menos de uma hora.
- b) A caixa tem **30 cms** de largura e **50 cms** de altura.
- c) O jogo de tênis durou **3 h**, um verdadeiro recorde.
- d) O reservatório tem capacidade para **5 lts** de água.
- e) O tempo de resposta do processador é de **2 ms**.

11. Assinale a opção em que o acento de crase tenha sido bem empregado.

- a) Dirija-se **à** essa antiga recepção para retirar seu crachá.
- b) A atriz prestigiou **à** cerimônia de premiação.
- c) O aluno respondeu **à** pergunta corretamente.
- d) Os netos sempre visitam **à** casa da avó preferida.
- e) A professora viveu **à** educação por mais de 30 anos.

12. Assinale a alternativa em que a expressão destacada tenha sido empregada incorretamente.

- a) Ele pode retirar sua assinatura sem qualquer prejuízo à tramitação.
- b) Qualquer aluno pode participar do projeto, desde que cumpra os requisitos.
- c) Os candidatos podem escolher quaisquer duas disciplinas optativas para compor sua grade curricular.
- d) Qualquer cidadão pode participar das audiências públicas promovidas pela prefeitura.
- e) Os candidatos podem apresentar quaisquer documentos oficiais como comprovante de residência.

13. Assinale a opção que contenha a correta e adequada transformação da oração reduzida na forma de oração desenvolvida.

- a) É necessário **chegar cedo**, para conseguir um bom lugar no evento. (que se chegasse cedo.)
- b) Ele melhorou seu desempenho nas provas, **ao estudar bastante**. (após bastante estudo.)
- c) Ela não conseguirá melhorar sua resistência, **sem correr todos os dias**. (sem que corresse todos os dias.)
- d) Você evitará erros no experimento, **após seguir as instruções corretamente**. (depois de seguir as instruções.)
- e) Percebi que algo estava errado, **por observar atentamente**. (na medida em que observei com atenção.)

14. Indique a opção que mostra inadequação no emprego do travessão.

- a) O projeto de lei — aprovado em caráter emergencial — entrará em vigor no próximo mês.
- b) O espetáculo foi uma homenagem ao grande compositor brasileiro — Tom Jobim.
- c) Em dezembro — todos apresentarão o projeto.

d) O atleta — campeão mundial de natação — anunciou sua aposentadoria.

- e) O número de casos de dengue aumentou nos últimos meses — o que preocupa as autoridades.

15. Assinale a única opção que apresenta uma visão que pode ser interpretada como negativa sobre a vida no campo.

- a) A vida no campo ensina que o tempo tem seu próprio ritmo — a pressa é uma invenção da cidade.
- b) No campo, cada estação traz sua lição: plantar com paciência, colher com gratidão.
- c) A simplicidade da vida rural revela que a verdadeira riqueza não está na posse, mas na conexão com a terra.
- d) O silêncio do campo não é vazio, mas um convite para ouvir a si mesmo e ao mundo.
- e) Longe do barulho da cidade, a vida rural tem sua própria música — com melodia angustiantemente quieta.

16. Assinale a única opção que não apresenta problema de argumentação.

- a) A vida no campo é extremamente tranquila, mas o excesso de silêncio gera um estresse constante nos moradores.
- b) A vida rural é mais saudável porque quem mora no campo tem mais saúde.
- c) A vida no campo proporciona um contato maior com a natureza, o que pode contribuir para uma rotina mais equilibrada e menos estressante.
- d) Quem mora no campo é sempre mais feliz do que quem vive na cidade.
- e) O campo é melhor do que a cidade porque sim.

17. Assinale a única opção incapaz de convencer um leitor em uma situação argumentativa.

- a) A prática de exercícios físicos regularmente melhora a qualidade de vida, reduz o risco de doenças cardíacas e melhora o condicionamento físico.
- b) A leitura é essencial para o desenvolvimento intelectual. De acordo com especialistas, amplia o vocabulário e estimula o pensamento
- c) A educação financeira deve ser ensinada nas escolas, pois ajuda os jovens a terem um futuro melhor.
- d) O uso excessivo de redes sociais pode ser prejudicial, já que afeta a concentração e pode contribuir para a ansiedade.
- e) O teletrabalho é uma alternativa viável para muitas empresas, por isso elas vêm adotando cada vez essa modalidade.

18. Assinale a única alternativa que apresente real oposição.

- a) O discurso começou de forma tranquila, mas terminou em grande polêmica.
- b) No inverno, tudo parecia calmo, enquanto no verão, a cidade ficava vibrante. Isso é o que mais atrai os turistas.
- c) Ele interrompeu o descanso para andar mil léguas.
- d) Apesar de trabalhar duro todos os dias, continua enfrentando dificuldades financeiras.
- e) Ele sempre valorizou a simplicidade da vida no campo, mas nunca conseguiu se adaptar à sua rotina.

19. Assinale a opção em que a palavra destacada tenha sido empregada em sentido figurado.

- a) A luz é o ouro da casa dos pobres.
- b) O médico recomendou que ele fizesse mais exercícios físicos.
- c) O aluno entregou o trabalho dentro do prazo estipulado.

d) Aquele comentário foi uma pedrada no orgulho dele.

e) O maior medo dele era que a sua máquina cerebral parasse de funcionar

20. Assinale a opção que indica o fragmento textual que pertence ao modo narrativo de organização discursiva.

- a) A luz era fraca, porém, como havia iluminação externa, o impacto era insignificante.
- b) Alguns frequentadores conversavam em várias mesas e aparentavam estar satisfeitos com algo.
- c) O estabelecimento era pequeno, com diversas mesas distribuídas pelo salão e decoradas com velas.
- d) Os restaurantes são espaços públicos e devem manter uma boa apresentação para atrair clientes.
- e) Sentia fome. Virei a esquina, entrei em um restaurante aberto e me acomodei na primeira mesa.

21. Você tem certeza de que quer se mudar amanhã?
— perguntou Mariana ao irmão.

A frase acima transporta para o discurso direto se apresenta de maneira adequada na seguinte alternativa:

- a) Mariana perguntou se o irmão teria certeza de que queria se mudar amanhã.
- b) Mariana perguntou se o irmão terá certeza de que irá se mudar na véspera.
- c) Mariana perguntou se o irmão tinha certeza de que queria se mudar amanhã.
- d) Mariana perguntou se o irmão tem certeza de que quer se mudar no próximo dia.
- e) Mariana perguntou se o irmão tinha certeza de que queria se mudar no dia seguinte.

22. Assinale a única frase que corresponde a um período dotado de uma oração condicional.

- a) Qualquer um pode vencer, a menos que apareça um segundo candidato.
- b) Por melhor que falem de nós, não estão falando nada de novo.
- c) Quem critica os demais, indiretamente louva a si próprio.
- d) Há pessoas que falam um momento antes de ter pensado.
- e) Podemos nos defender de um ataque, mas somos indefesos diante de um elogio.

23. Assinale a opção em que a oração introduzida pelo conectivo **quando** tenha valor semântico diferente dos demais.

- a) O espetáculo estava quase no fim, **quando** a energia foi interrompida.
- b) Ele já tinha perdido as esperanças, **quando** recebeu a tão esperada notícia.
- c) Ele permanecia em casa inerte durante o fim de semana, **quando** deveria estar ganhando o pão da família.
- d) O professor já havia iniciado a explicação, **quando** os alunos chegaram à sala.
- e) Saímos apressados para o aeroporto, **quando** percebemos que havíamos esquecido os passaportes.

24. A instrução é um conceito totalmente relativo.

É instruído aquele que possui o necessário para suas atividades. O supérfluo de nada lhe serve. Sobre os aspectos linguísticos do trecho acima, assinale a alternativa correta.

- a) O termo 'totalmente' é um advérbio de modo.
- b) O termo 'aquele' faz referência anafórica.
- c) A preposição para tem valor meramente gramatical.
- d) O termo 'supérfluo', no contexto, é um adjetivo que significa **desnecessário**.
- e) O pronome 'lhe' poderia ser substituído por 'o'.

25. Os adjetivos podem indicar característica, qualidade, estado e relação.

Assinale a alternativa abaixo em que o adjetivo expresse relação.

- a) Notícias desse jornal são monótonas, vulgares, a língua não é boa.
- b) Raramente leio as notícias policiais.
- c) Foram as tatuagens horríveis do corpo do homem que me deslumbraram.
- d) As tatuagens são todas ou quase todas antigas.
- e) A polícia achou a atitude dele suspeita.

26. Assinale a opção que apresenta o modo injuntivo de organização textual.

- a) Eternidade são duas pessoas e um peru assado.
- b) Não há nada mais precioso do que o tempo, pois que é o preço da eternidade.
- c) O comum dos homens não sabe o que fazer desta vida, mas desejam outra que jamais termine.
- d) É bom não deixar para a eternidade o que você pode fazer hoje.
- e) O que rejeitares do momento, eternidade nenhuma o restituirá.

27. Assinale a opção que apresenta um problema gramatical em sua estrutura.

a) É perigoso estar certo quando o governo está errado.

b) Governe uma grande nação do mesmo modo como você vai cozinar um peixinho: não exagera!

c) Governo é como violino. Você o toma com a esquerda e toca com a direita.

d) Governar não é apenas administrar recursos, mas harmonizar interesses conflitantes na tessitura do Estado, de modo que a justiça não sucumba ao pragmatismo."

e) A legitimidade de um governo não reside na força das leis que impõe, mas na coesão moral com que conduz o destino de seu povo.

28. Assinale a única alternativa que apresente uma frase em que se pode reconhecer um emissor tenha esperança em um futuro melhor por meio da política.

a) Há três tipos de governo: o que faz acontecer, o que assiste acontecer e o que nem sabe o que acontece.

b) Quanto pior o governo, mais fácil sai a piada.

c) O governo menos ruim é aquele que se mostra menos, que se sente menos e que se paga menos caro.

d) Não há nada mais fácil do que fazer planejamento de um país sem incluir gente.

e) O governo é o único sócio num empreendimento que tem o privilégio de dividir os lucros, sem ter que arcar com o prejuízo.

29. Assinale a alternativa que se encontre totalmente de acordo com as normas de pontuação.

a) Onde o concreto se expande, a natureza, recua.

b) Quando o solo perde sua permeabilidade, a cidade sente a fúria das águas.

c) Construir, não deve ser sinônimo de destruir — é possível erguer sem devastar.

d) Cada árvore derrubada para um novo lar é um abrigo perdido, para a vida selvagem.

e) O equilíbrio entre lar e natureza, define o futuro que queremos habitar.

30. *Deus, para a felicidade do homem, inventou a fé e o amor. O Diabo, invejoso, fez o homem confundir fé com religião e amor com casamento.*

Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta:

a) Poderia ser inserido o conectivo 'já que' entre as duas orações, com adaptações dos sinais de pontuação.

b) A ação promovida pelo diabo, no segundo período, foi capaz de desencadear uma outra ação, envolvendo outro ser.

c) A conjunção 'e', nas duas ocorrências, conecta elementos opostos.

d) A supressão das vírgulas não provocaria alteração de sentido.

e) Infere-se que o Diabo criou o homem, devido ao emprego do verbo 'fazer'.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Carlos Henrique

31. As idades de Arnaldo, Beto, Carlos, Dorival e Emílio somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Dorival tem 2 anos a mais que Emílio;

- Emílio tem 3 anos a menos que Beto;

- Carlos tem 5 anos a mais que Dorival;

- a média aritmética das idades de Arnaldo e Danilo é a idade de Beto.

Entre os 5 homens citados, aquele tem 43 anos é:

a) Arnaldo

b) Beto

c) Carlos

d) Dorival

e) Emílio

32. A professora Adriana possui um lindo aquário em seu apartamento e cria peixes coloridos nele. O aquário de Adriana tem a forma de um paralelepípedo e mede 0,60m de largura, 1,50m de comprimento e 0,95m de altura. Em um belo dia de verão, estando o aquário com certa quantidade de água, Adriana colocou um pedaço de madeira de enfeite. A madeira ficou totalmente coberta pela água e Adriana mediu o nível da água constatando que o nível subiu 0,3 cm. Então, Adriana calculou que o volume do pedaço de madeira era:

- a) 2700 cm^3
- b) 2500 cm^3
- c) 2400 cm^3
- d) 2000 cm^3
- e) 3000 cm^3

33. Se meu carro não é azul, então o meu leão ruge.
Se meu carro é azul, então Carlos não é professor.
Ora, Carlos é professor. Logo:

- a) o meu carro é azul e o meu leão não ruge
- b) o meu carro é azul e o meu leão ruge
- c) o meu carro não é azul e o meu leão ruge
- d) o meu carro não é azul e o meu leão não ruge
- e) se Carlos é professor, então o meu leão não ruge

Baseado no texto abaixo, resolva as questões **34** e **35**
Em um resort há 30 professores de Direito Constitucional e 12 de Direito Administrativo.

34. Quantas comissões, poderíamos organizar, compostas de 3 professores de Direito Constitucional e 2 de Direito Administrativo?

- a) 468700
- b) 36160
- c) 267960
- d) 129600
- e) 40600

35. Escolhendo-se aleatoriamente dois professores, qual é a probabilidade de que ambos sejam professores de Direito Constitucional?

- a) 143/287
- b) 144/287
- c) 145/287
- d) 146/287
- e) 147/287

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

36. Das letras abaixo, marque aquela que representa um nome de arquivo válido no Windows.

- a) @relatoriteste.txt
- b) relatório:teste.txt
- c) *relatóriteste*.txt
- d) relatoriteste?.txt
- e) relatório>teste.txt

37. No Windows, é possível configurar um recurso de acessibilidade que permite o pressionamento de uma tecla inicial de um atalho (CTRL, ALT e etc) e depois o pressionamento do seu complemento e o computador entenda que foi digitado o atalho completo. Esse recurso se chama:

- a) Teclado pausado.
- b) Sombra.
- c) Tecla de aderência.
- d) Reprodução automática.
- e) Super teclas.

38. No Word, o texto abaixo recebeu que formatação

TESTANDO A FORMATAÇÃO Disponível

- a) tachado e sobreescrito
- b) todas em maiúscula e sobreescrito
- c) versalete e sobreescrito
- d) todas em maiúscula e subscrito
- e) versalete e subscrito

39. No Excel, o usuário digitou na célula A1 o valor 5 e na célula A2 a fórmula: =A1+1, em seguida apertou enter, depois voltou a célula A2, posicionou-se na alça de preenchimento e arrastou o conteúdo até a célula A10. O que aparecerá na célula A10 ao fim desse procedimento:

- a) 14.
- b) 10.
- c) 9
- d) 15.
- e) 16.

40. Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CONCURSOS NO RIO DE JANEIRO. Para isso, ele deve usar que operador dentre os listados abaixo:

- a) -
- b) ""
- c) E
- d) OU.
- e) site:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tiago Zanolla

41. O servidor Marcos, estável no serviço público estadual do Rio de Janeiro, foi demitido indevidamente. Posteriormente, uma decisão administrativa determinou sua reintegração ao cargo. No entanto, o cargo anteriormente ocupado por Marcos havia sido extinto. Nesse caso, conforme o Decreto nº 2479/1979, qual será o procedimento adotado?

- a) Marcos será readaptado em outra função compatível com sua formação.
- b) O cargo de Marcos será restabelecido como excedente para viabilizar sua reintegração.
- c) Marcos será nomeado para um cargo de hierarquia superior como compensação pela extinção de seu cargo.
- d) O governo estadual deverá indenizar Marcos e impedi-lo de retornar ao serviço público.
- e) Marcos deverá prestar um novo concurso público para ser reintegrado.

42. Um funcionário público do Estado do Rio de Janeiro cometeu uma infração disciplinar considerada falta grave. O processo administrativo disciplinar concluiu que ele deve ser punido. De acordo com o Decreto nº 2479/1979, qual das penalidades pode ser aplicada?

- a) Advertência, apenas se houver reincidência.
- b) Suspensão, por um período não superior a 180 dias.
- c) Multa, com possibilidade de exoneração imediata.
- d) Repreensão verbal, seguida de suspensão condicional.
- e) Apenas destituição de função, sem prejuízo ao vínculo empregatício.

43. O servidor Carlos, funcionário público estadual do RJ, acumulou 60 dias de ausência não consecutiva ao longo de 12 meses, sem apresentar justificativa válida. Diante dessa situação, conforme o Decreto nº 2479/1979, qual deve ser a sanção aplicada?

- a) Advertência, pois a ausência não foi contínua.
- b) Suspensão de até 180 dias, conforme a gravidade da falta.
- c) Demissão, pois a ausência injustificada por 60 dias interpolados configura motivo para essa penalidade.
- d) Redução proporcional do salário, mas sem perda do cargo.
- e) Exoneração, sem prejuízo de nova contratação após um período de penalização.

44. Um Promotor de Justiça do MP-RJ recebeu ordens superiores para manifestar-se favoravelmente a um determinado pedido de habeas corpus. No entanto, ele discordava do entendimento imposto e decidiu agir conforme sua convicção jurídica. Diante dessa situação, e considerando os princípios institucionais do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) O Promotor está vinculado à ordem recebida, pois deve obedecer ao princípio da hierarquia funcional.
- b) O Promotor pode divergir da ordem e atuar de acordo com sua convicção, pois possui independência funcional.
- c) O Promotor deve submeter sua decisão ao Procurador-Geral de Justiça antes de se manifestar nos autos.
- d) A atuação do Promotor deve ser anulada, pois a independência funcional não pode ser invocada contra ordens hierárquicas superiores.
- e) O Promotor pode solicitar a redistribuição do caso a outro membro do MP, mas não pode contrariar a ordem expressa recebida.

45. No que se refere à autonomia institucional do Ministério Público Estadual, assinale a alternativa correta considerando a relação entre a eficácia de suas decisões e os limites constitucionais impostos pelos Poderes do Estado.

- a) As decisões do Ministério Público possuem eficácia plena e executoriedade imediata, mas podem ser revistas administrativamente pelo Poder Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes.
- b) A autonomia do Ministério Público garante a autoexecutoriedade irrestrita de seus atos, permitindo inclusive a destinação livre de recursos próprios, desde que observadas as formalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) O Ministério Público, em razão de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, possui decisões autoexecutáveis, ressalvadas as competências constitucionais do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
- d) O controle sobre a execução orçamentária do Ministério Público é de competência exclusiva do Tribunal de Contas do Estado, sendo vedada qualquer interferência da Assembleia Legislativa.
- e) O Ministério Público deve se submeter ao Poder Executivo para a destinação de seus recursos, inclusive para a suplementação orçamentária, pois sua autonomia financeira se restringe apenas à execução de sua proposta orçamentária.

TUTELA COLETIVA E DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE*Ricardo Torques*

46. Carlos apresentou notícia de fato narrando que Ana e Paulo, casados, sem respeitar o procedimento de adoção, teria registrado Clara, de 1 mês, como filha do casal, ciente de que ela era filha biológica de Cláudia e de Pedro. A convivência de Ana e Paulo com Clara teria começado a uma semana. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que:

- a) Inexiste interesse processual do Ministério Público para propor ação civil pública com pedido de indenização por dano moral coletivo e dano social contra Ana e Paulo.
- b) Será ilegal eventual acolhimento institucional da menor, uma vez que a permanência dela com Ana e Paulo preservará o melhor interesse da criança.
- c) Na hipótese temos uma situação de adoção à brasileira, admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- d) A entrega de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção, embora seja vedada, não configura causa de destituição do poder familiar.
- e) Desde que autorizado pelo juiz, o membro do Ministério Público terá acesso a todo local onde se encontre criança.

47. A proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos possui capítulo próprio no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.
- b) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular,

certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a quinze dias úteis.

- c) As ações previstas no referido Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência relativa para processar a causa.
- d) Para evitar conflitos de competência e promover celeridade, não se admite o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados.
- e) Qualquer pessoa deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto de ação civil, e indicando-lhe os elementos de convicção.

48. Maria e André pretendem adotar uma criança e agora terão a oportunidade de passar pelo denominado estágio de convivência. Após consulta com um especialista, chegaram corretamente à conclusão de que:

- a) O Estágio de convivência não pode ser dispensado.
- b) A desistência da adoção durante o estágio de convivência configura ato ilícito.
- c) A simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
- d) Seu prazo máximo é de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.
- e) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o prazo máximo do estágio de convivência é superior ao daqueles residentes no Brasil.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)*Lígia Carvalheiro*

49. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios, exceto:

- a) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- b) integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- c) preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- d) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- e) descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, com ênfase na descentralização dos serviços para os Estados.

LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO E LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO.*André Rocha*

50. Sobre a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assinale a alternativa correta.

- a) Os resíduos sólidos são classificados quanto à origem como perigosos e não perigosos.
- b) O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445/2007.
- c) Os planos de saneamento básico são aprovados por ato da União e podem ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.
- d) O manejo de resíduos sólidos não faz parte do conjunto de serviços de saneamento, razão pela qual o Brasil possui uma lei específica para tratar sobre cada um desses temas.
- e) Os resíduos dos serviços públicos de saneamento básico são os gerados nessas atividades, incluídos os resíduos sólidos urbanos.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

51. Sobre a intervenção estadual nos municípios e os princípios constitucionais sensíveis com base no entendimento do STF, julgue os itens.

- I. O rol de princípios constitucionais sensíveis previstos no art. 34, VII, da CF/1988 é de observância obrigatória pelos Estados, sendo desnecessária sua reprodução literal nas Constituições estaduais.
- II. A Constituição estadual pode ampliar ou restringir, por iniciativa própria, as hipóteses de intervenção estadual nos municípios, desde que respeite os princípios constitucionais gerais.
- III. A autonomia municipal, prevista no art. 18 da CF/1988, é limitada pela possibilidade de intervenção do Estado nos municípios em casos excepcionais previstos na própria Constituição Federal.
- IV. Para que o Estado possa intervir em seus municípios, é imprescindível que a Constituição estadual contenha uma lista específica de princípios sensíveis cuja violação autorize a intervenção.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

52. Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7571, que analisou a constitucionalidade da Lei Complementar n. 55/1994 do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta:

- a) A competência para legislar sobre o porte de armas de fogo é concorrente entre a União e os Estados, permitindo que os entes estaduais possam autorizar o porte de armas para categorias específicas de servidores públicos.
- b) A legislação estadual que concede o direito ao porte de arma de fogo a membros da Defensoria Pública é constitucional, desde que haja autorização expressa da respectiva Assembleia Legislativa.
- c) É inconstitucional norma estadual que autoriza o porte de arma de fogo a membros da Defensoria Pública, pois a competência para legislar sobre material bélico e segurança nacional é privativa da União.
- d) Os Estados podem legislar sobre o porte de armas de fogo para categorias específicas de servidores estaduais, desde que respeitem as diretrizes gerais do Estatuto do Desarmamento.
- e) O porte de arma de fogo constitui matéria de interesse regional, sendo possível sua regulação pelos Estados em casos excepcionais, como a proteção de membros da Defensoria Pública.

53. Tendo como base a jurisprudência do Supremo tribunal Federal, analise os itens abaixo:

- I- A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, uma vez que compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- II- É inconstitucional, em decorrência da usurpação da iniciativa exclusiva do Poder Executivo, lei de iniciativa parlamentar que institui regra de reserva de vagas de estacionamento aos órgãos públicos estaduais.
- III- É inconstitucional preceito de lei estadual que institui contribuição compulsória de bombeiros e policiais militares estaduais para compor fundo de assistência, com o objetivo de custear serviços de saúde a eles prestados.

Assinale a alternativa que apresenta os itens CORRETOS:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Todos estão corretos.
- e) Todos estão incorretos.

54. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

55. Tendo como base a jurisprudência recente do STF, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional norma de constituição de estado que preveja que desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- b) É inconstitucional lei estadual que proíbe, no âmbito de seu território, a fabricação, venda e comercialização de armas de brinquedo que simulam armas de fogo reais.
- c) Os Tribunais de Justiça são competentes para decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação de praças da polícia militar estadual.
- d) É inconstitucional lei estadual que proíbe os órgãos ambientais e a polícia militar de destruírem e inutilizarem bens particulares apreendidos em operações de fiscalização ambiental.
- e) É constitucional a vinculação da manifestação funcional de advogado público federal à ordem do Advogado-Geral da União ou à sua prévia autorização expressa.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

56. Determinada empresa celebrou contrato com a Administração Pública para a execução de uma obra pública. Durante a execução do contrato, a empresa descumpriu repetidamente prazos essenciais, apresentou materiais de qualidade inferior aos exigidos e, ao ser notificada, não adotou as providências necessárias para a regularização da situação. Além disso, a fiscalização constatou que a empresa omitiu informações relevantes no processo licitatório. Diante desse cenário, a Administração instaurou processo administrativo e decidiu aplicar sanções à empresa. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) a única penalidade possível nesse caso é a multa, que pode variar entre 0,5% e 30% do valor do contrato.
- b) a aplicação de sanções pela Administração Pública exclui a necessidade de reparação integral dos danos causados pela empresa.
- c) a Administração pode aplicar penalidades considerando a gravidade da infração, incluindo o impedimento de licitar e contratar, ou, se as circunstâncias justificarem, até mesmo a declaração de inidoneidade.
- d) a sanção de advertência é a única cabível para a empresa, já que a Administração deve sempre aplicar penalidades mais brandas antes de adotar medidas mais severas.
- e) caso o valor da multa aplicada seja superior ao valor devido à empresa pela Administração, será possível realizar o desconto do valor da garantia, desde que haja autorização judicial ou arbitral.

57. De acordo com a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, assinale a alternativa correta:

- a) o termo de colaboração é o instrumento por meio do qual a Administração Pública formaliza parceria com organizações da sociedade civil para fins de interesse público, envolvendo a transferência de recursos financeiros, sendo a iniciativa da parceria proposta pelo próprio poder público.
- b) o termo de fomento é o instrumento utilizado pela Administração Pública para firmar parceria com organizações da sociedade civil, sendo sempre de iniciativa do poder público e sem transferência de recursos financeiros.
- c) o acordo de cooperação é um instrumento que formaliza a parceria entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, sempre com transferência de recursos financeiros.
- d) as organizações religiosas não podem ser qualificadas como organizações da sociedade civil, independentemente da atividade que desenvolvam.
- e) o chamamento público é um procedimento opcional para a Administração Pública ao selecionar organizações da sociedade civil para firmar parcerias, podendo ser dispensado em qualquer situação.

58. A prefeitura do município Gama editou decreto declarando de utilidade pública uma faixa de terreno do imóvel particular pertencente a João Batista para instalar postes e fios da rede pública de energia elétrica, visando a beneficiar toda a comunidade local. João Batista não concordou inicialmente com essa utilização e procurou esclarecimentos jurídicos sobre o caso. Além disso, o estado Alfa requisitou alguns bens do município Gama, alegando necessidade de prestação urgente de serviços públicos de saúde em outros municípios. Nesse cenário hipotético, com base nas normas aplicáveis à servidão administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) a servidão administrativa implica perda parcial da propriedade privada, razão pela qual sempre haverá indenização ao proprietário afetado, independentemente de comprovação de prejuízo.
- b) a instituição da servidão administrativa deve ocorrer exclusivamente mediante acordo prévio entre o particular e o Poder Público, não se admitindo instituição judicial.
- c) a servidão administrativa, por ser direito pessoal, não necessita ser inscrita no registro de imóveis, produzindo efeitos contra terceiros desde sua decretação.
- d) é possível instituir requisição administrativa sobre bens públicos, desde que seja respeita da ordem do ente de maior alcance para o ente de menor alcance (União, estados e municípios).
- e) o proprietário terá direito à indenização apenas caso demonstre que o uso da propriedade pelo Poder Público lhe causou prejuízos, não havendo indenização caso não exista dano comprovado.

59. A empresa Construtora S/A foi investigada e processada por envolvimento em atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Durante o processo, ficou comprovado que a empresa utilizou sua personalidade jurídica de forma habitual para facilitar a prática de corrupção, além de ter sido constituída para ocultar interesses ilícitos. Diante desse cenário, com base na legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) a empresa poderá ser submetida à sanção de dissolução compulsória, uma vez que utilizou sua personalidade jurídica para facilitar ou promover atos ilícitos.
- b) a responsabilidade da empresa na esfera administrativa exclui a possibilidade de sanções na esfera judicial, evitando punições simultâneas.
- c) a única penalidade possível à empresa, na via administrativa, é a aplicação de multa administrativa.
- d) as sanções previstas na Lei Anticorrupção não incluem restrições ao recebimento de incentivos ou subvenções públicas.
- e) a aplicação de sanções sempre dependerá de comprovação de culpa ou dolo dos administradores da pessoa jurídica.

60. Carlos foi condenado erroneamente por um crime que não cometeu e permaneceu preso por um período superior ao estabelecido na sentença. Após sua soltura, ingressou com uma ação contra o Estado, pleiteando indenização pelos danos sofridos. Além disso, foi constatado que o juiz responsável pelo caso havia agido dolosamente, manipulando provas para influenciar o resultado do julgamento. Diante dessa situação e com base na responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta:

- a) o Estado não pode ser responsabilizado por atos jurisdicionais, pois os juízes possuem independência funcional, sendo sua atuação isenta de qualquer possibilidade de reparação civil.
- b) a responsabilidade do Estado, nesse caso, é subjetiva, pois Carlos deve comprovar a culpa ou dolo do magistrado para obter indenização pelos danos sofridos.
- c) a indenização por erro judiciário só será possível se houver prova de que a condenação decorreu de um ato legislativo constitucional, e não de um erro da magistratura.
- d) o Estado pode ser responsabilizado civilmente pela prisão além do tempo fixado na sentença e pela conduta dolosa do juiz, cabendo ação de regresso, no último caso, contra o magistrado nos termos do Novo Código de Processo Civil.
- e) a responsabilidade do Estado só se aplicaria ao caso de Carlos se a prisão ilegal tivesse sido causada por uma decisão administrativa e não por um ato judicial.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

61. Sobre as fontes do direito, a norma jurídica e a classificação das normas, assinale a alternativa correta

- a) As normas jurídicas podem ser classificadas quanto à sua duração, amplitude e obrigatoriedade, sendo que normas especiais sempre revogam normas gerais anteriores, mesmo quando não há conflito entre elas.
- b) A jurisprudência e as súmulas vinculantes são consideradas fontes estatais do direito, pois emanam de decisões judiciais reiteradas que vinculam os órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública.
- c) O princípio da inafastabilidade das normas jurídicas significa que elas sempre devem ser aplicadas independentemente da vontade das partes, sem possibilidade de flexibilização ou exceção.
- d) As normas podem ser cogentes ou dispositivas, sendo que as normas dispositivas possuem caráter obrigatório e não podem ser afastadas pela vontade das partes em qualquer circunstância.
- e) A norma jurídica sempre impõe uma sanção para o seu descumprimento, conforme defendido pela teoria positivista clássica, sendo essa característica essencial para a validade de qualquer norma.

62. Sobre a personalidade e capacidade da pessoa natural no direito civil, assinale a alternativa correta

- a) A personalidade jurídica da pessoa natural inicia-se com a concepção, conforme a Teoria Concepcionista, que é adotada expressamente pelo Código Civil brasileiro.
- b) A capacidade de direito e a capacidade de fato são conceitos sinônimos, ambos referentes à aptidão para exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) De acordo com o Código Civil, os menores de 18 anos são absolutamente incapazes, necessitando sempre da representação de seus responsáveis legais.
- d) A emancipação pode ocorrer pela concessão dos pais ou de um deles, caso o outro seja ausente, devendo ser realizada por meio de instrumento público ou decisão judicial, desde que o menor tenha 16 anos completos.
- e) O conceito de personalidade jurídica é exclusivamente atribuído a seres humanos, de modo que pessoas jurídicas não possuem personalidade no ordenamento jurídico brasileiro.

63. Sobre as fundações, assinale a alternativa correta

- a) As fundações são constituídas pela união de pessoas com interesses comuns, sendo permitida a distribuição de lucros entre seus membros, desde que prevista no estatuto.
- b) A criação de uma fundação pode ocorrer por ato entre vivos ou por testamento, desde que dotada de bens livres, especificando o fim a que se destina e a forma de sua administração.
- c) A alteração estatutária da fundação pode ser realizada por decisão unilateral de seu instituidor, independentemente da aprovação de qualquer órgão.
- d) As fundações podem ser instituídas para qualquer finalidade, incluindo atividades de caráter lucrativo, desde que gerem benefícios sociais indiretos.

e) As fundações públicas e privadas possuem o mesmo regime jurídico, sendo ambas regidas exclusivamente pelo Código Civil.

64. Sobre a classificação dos bens no direito civil, assinale a alternativa correta

- a) Os bens imóveis são aqueles que possuem existência física e podem ser transportados de um local para outro sem alteração na sua substância ou destinação econômico-social.
- b) Os bens fungíveis são aqueles que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, sendo essa classificação aplicável tanto a bens móveis quanto a bens imóveis.
- c) Os bens públicos dominicais, diferentemente dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial, podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) A indivisibilidade de um bem decorre exclusivamente de sua estrutura física, de modo que qualquer bem pode ser dividido desde que a tecnologia permita.
- e) Os bens acessórios são aqueles que, necessariamente, se tornam parte integrante do bem principal, de modo que sua remoção compromete a substância ou o uso do bem principal.

65. Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta

- a) O erro substancial torna o negócio jurídico nulo, uma vez que afeta diretamente sua existência e impede qualquer possibilidade de convalidação.
- b) O dolo ocorre quando uma das partes do negócio jurídico, intencionalmente, induz a outra em erro, levando-a a praticar um ato que de outra forma não realizaria.
- c) O estado de perigo caracteriza-se quando uma das partes se encontra em situação de inferioridade econômica e celebra o negócio jurídico em condições desfavoráveis, configurando uma hipótese de nulidade.
- d) A coação só vicia o negócio jurídico se for exercida diretamente pela parte contratante, não sendo reconhecida quando provém de terceiros.
- e) A lesão ocorre apenas quando há aproveitamento da inexperiência da outra parte, não se aplicando aos casos em que há premente necessidade econômica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

66. André e Maria nutriram convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família durante 5 anos, sem, no entanto, formalizar essa relação. Durante o período em que estiveram juntos, o casal teve dois filhos, Enzo e Pietro, com 3 e 1 anos, respectivamente. Após algumas discordâncias, o cônjuge varão pretende ingressar com ação judicial a fim de reconhecer e extinguir a união estável. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Caso a Defensoria Pública esteja atuando em favor do guardião do menor, será dispensável a atuação do Ministério Público, ainda que haja interesse do incapaz.

b) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, poderá estar acompanhado por especialista.

c) O rito procedural especial previsto no Código de Processo Civil somente se aplica às uniões estáveis devidamente formalizadas.

d) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data designada para a audiência.

e) O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.

67. No curso de um processo que tramita pelo procedimento comum foram apresentados diversos requerimentos que geram despesas no processo. No presente caso, o Ministério Público atua como fiscal da ordem jurídica. Considerando a disciplina do Código de Processo Civil sobre as Despesas, Honorários Advocatícios e Multas, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe ao réu adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar a requerimento do Ministério Público.
- b) O adiantamento das despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício devem ser rateadas pelas partes.
- c) As despesas processuais não abrangem as diárias de testemunhas.
- d) Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.
- e) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão pagas exclusivamente pelos requerentes.

68. Em determinada execução de título extrajudicial promovida por incapaz, o Ministério Público atua como fiscal da ordem jurídica. No curso do feito executivo, após esgotadas as diligências para encontrar bens dos devedores, pretende o exequente instaurar incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Acerca do referido incidente assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público também possuiria legitimidade para requerer a instauração do incidente.
- b) O incidente, embora cabível no cumprimento de sentença, não é passível de utilização na execução de título extrajudicial.
- c) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.
- d) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será nula.
- e) Não se admite a desconsideração da personalidade jurídica dita “inversa”.

69. Tramita na Vara da Infância e da Juventude da cidade X ação responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à pessoa idosa, referentes à omissão de acesso à serviços de saúde. Segundo o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), a referida ação deverá ser proposta:

- a) No foro de domicílio do réu, cuja competência é relativa.
- b) No foro de domicílio da pessoa idosa, cuja competência é relativa.
- c) No foro de domicílio do réu, cuja competência é absoluta.
- d) No foro de domicílio da pessoa idosa, cuja competência é absoluta.
- e) No foro que melhor atender às necessidades da pessoa idosa.

70. Presentes os requisitos legais, caberá a intervenção do Ministério Público nos autos como fiscal da ordem jurídica. Como regra, em tais situações o Ministério Público será intimado a se manifestar no prazo de:

- a) 30 (trinta) dias.
- b) 15 (quinze) dias.
- c) 20 (vinte) dias.
- d) 10 (dez) dias.
- e) 5 (cinco) dias.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

71. No dia 15.01.2025, por volta das 19:30h, Ada voltava do trabalho em um ônibus lotado, junto com sua filha Tirza, de apenas 10 anos. O ônibus estava extremamente cheio devido ao horário de pico, e muitos passageiros estavam em pé, segurando-se nas barras de apoio. Ada e Tirza estavam próximas à porta traseira do ônibus, quando Ada percebeu que Naor, um homem de aproximadamente 35 anos, estava se esfregando por trás da criança, friccionando sua genitália contra a vítima. Ada imediatamente reagiu, empurrando Naor e gritando para que ele se afastasse de sua filha. Outros passageiros, ao perceberem a situação, ajudaram a imobilizar Naor até a chegada da polícia militar, que foi acionada por um dos passageiros.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Naor configura:

- a) fato atípico, por não ter havido violência ou grave ameaça
- b) crime de estupro de vulnerável
- c) contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor
- d) crime de violação sexual mediante fraude
- e) crime de importunação sexual

72. Elias, um indivíduo com antecedentes criminais por furtos, decide invadir uma residência desabitada em um bairro residencial tranquilo. Ele escolhe agir durante a madrugada, por volta das 2h, quando a maioria dos moradores da vizinhança está dormindo, aproveitando a ausência de vigilância e a tranquilidade do período noturno. Elias, então, arromba a porta dos fundos da casa e entra silenciosamente, passando cerca de uma hora dentro da residência, furtando diversos objetos de valor, como eletrônicos, joias e dinheiro. Após subtrair os bens, Elias empreende fuga.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois o crime foi praticado em uma residência desabitada.
- b) Elias terá a pena aumentada de um terço, conforme o § 1º do art. 155 do Código Penal, pois o crime foi praticado durante o repouso noturno, independentemente de a residência estar desabitada.
- c) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois o aumento de pena só se aplica quando o crime é praticado em estabelecimentos comerciais durante o período noturno.
- d) Elias deverá responder por furto simples, sem qualificadoras ou causas de aumento de pena.
- e) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois se trata de furto qualificado, o que afasta a aplicação da majorante do repouso noturno, conforme entendimento do STJ.

73. Abner, com a ajuda de seu amigo Jetro, mata sua ex-esposa Jezabel, pois não aceitava o divórcio. O crime é praticado na presença do filho menor do casal, Eliabe. Abner e Jetro planejaram o crime juntos, e Jetro ajudou Abner a imobilizar Jezabel antes que Abner a matasse. Durante o ato, Eliabe, o filho do casal, estava presente e testemunhou o crime.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Abner responderá pelo crime de homicídio simples, enquanto Jetro responderá apenas por participação em homicídio simples, pois não tinha vínculo direto com a vítima.
- b) Abner e Jetro responderão pelo crime de feminicídio, sendo aplicada a majorante relativa à presença do descendente da vítima durante a prática do crime.
- c) Abner responderá pelo crime de feminicídio, enquanto Jetro responderá por participação em feminicídio, sem aplicação de qualquer majorante, pois a presença do descendente não é relevante para a tipificação do crime.
- d) Abner e Jetro responderão pelo crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, com a aplicação de majorante devido à presença do descendente da vítima durante a prática do crime.
- e) Abner responderá pelo crime de feminicídio, com a aplicação da majorante relativa à presença do descendente da vítima durante a prática do crime, enquanto Jetro responderá por homicídio qualificado.

LEGISLAÇÃO PENAL*Antônio Pequeno*

74. Conforme a Lei n.º 9455/1997, marque a alternativa incorreta:

- a) Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- b) Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos
- c) Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.
- d) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- e) O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

75. De acordo com a Lei n° 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- a) admite-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.
- b) agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.
- c) a pena de perda do cargo, do mandato ou da função pública somente é aplicável em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- d) caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.
- e) A pena de prestação de serviço à comunidade não é uma pena restritiva de direito

76. Cristiana foi agredida por seu marido Átila, que também a ameaçou, prevalecendo-se este das relações domésticas e de coabitAÇÃO, tendo causado na ofendida lesões corporais de natureza leve. Em razão disso, foi instaurado inquérito policial, que constatou as agressões e a ameaça. Levando-se em conta esse panorama, é correto afirmar que:

- a) o juiz poderá propor a Átila transação penal, se o Ministério Público não o fizer de maneira fundamentada;
- b) o Ministério Público poderá decretar medida protetiva de urgência, comunicando de imediato ao juiz;
- c) o juiz poderá decretar a prisão temporária de Átila a requerimento da defesa técnica de Cristiana;
- d) o Ministério Público poderá propor a Átila acordo de não persecução penal, se este não for reincidente específico;
- e) o juiz poderá conceder medida protetiva de urgência, a requerimento de Cristiana, independentemente de manifestação do Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

77. No que diz respeito aos princípios do processo penal, é correto afirmar que:

- a) o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para condenar o acusado.
- b) o princípio do devido processo legal preceitua que ninguém será considerado culpado até a exaração da sentença condenatória.
- c) o princípio do duplo grau de jurisdição, expressamente previsto na Constituição Federal, assegura a todos os acusados a revisão da sentença condenatória.
- d) a Carta Magna dispõe que: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", disposição consagrada pelo princípio do juiz natural.
- e) a defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

78. Monica se dirigiu até a Delegacia de Polícia para noticiar que havia ocorrido um furto em sua residência, mas que não sabia quem era o autor do crime. Após o prazo de 150 dias de investigação e adotadas todas as diligências cabíveis, a autoridade policial não conseguiu identificar a autoria delitiva, verificando, inclusive, a inexistência de justa causa para o oferecimento da denúncia diante da falta de provas. Considerando as informações narradas, diante da conclusão da autoridade policial, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público poderá promover o arquivamento do inquérito policial, que faz coisa julgada formal.
- b) Caso a vítima ou seu representante legal, discordem do arquivamento do inquérito policial,

poderá, no prazo de 15 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do Ministério Público.

- c) O próprio Delegado de Polícia poderá arquivar diretamente o inquérito policial, mas o promotor de justiça, discordando, poderá oferecer denúncia, diante da dispensabilidade característica dos procedimentos investigatórios.
- d) O Ministério Público poderá promover o arquivamento do inquérito policial, que dependerá de homologação do magistrado, que, discordando, deve encaminhar os autos a outro promotor de justiça para imediato oferecimento de denúncia.
- e) O próprio Delegado de Polícia a própria autoridade policial poderá arquivar diretamente o inquérito policial, cabendo ao promotor de justiça, em caso de discordância, submeter a questão à decisão final da chefia da Polícia Civil.

79. Acerca da propositura da ação civil ex delicto, assinale a opção correta com base no disposto no Código de Processo Penal (CPP)

- a) O despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação impedirá a propositura da ação civil.
- b) A ação para resarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível apenas contra o autor do crime, mas não contra seus responsáveis.
- c) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- d) Impede a propositura da ação civil, a decisão que julgar extinta a punibilidade.
- e) A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime faz coisa julgada no cível.

80. Sobre os temas de citação e intimação, é correto afirmar que:

- a) é possível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça comprove e ateste que o réu se esconde para evitar a citação.
- b) o réu será considerado revel se, mesmo tendo sido pessoalmente citado, não comparecer sem justificativa, com o processo prosseguindo sem a sua presença e resultando em confissão ficta.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem indica defensor será considerado revel, admitindo-se como verdadeiros os fatos expostos na denúncia ou queixa.
- d) considera-se completa a formação do processo quando a citação válida do acusado é realizada.
- e) a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação onde o juiz exerce sua jurisdição não é nula.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...).” Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova de Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>